

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão de Juristas destinada a avaliar e propor estratégias normativas
com vistas ao aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e
institucional no país
(REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))
Em 30 de novembro de 2021 (terça-feira)
às 11 horas



Horário

(Texto com redação final.)

12:17

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Declaro aberta a sessão.

RF

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos o nosso trabalho.



Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Infelizmente, o Presidente Arthur Lira não pôde estar aqui presente e pediu para que nós fizéssemos esta sessão solene de tanta importância para o povo brasileiro.

Sessão solene em homenagem ao encerramento dos trabalhos da Comissão de Juristas de Combate ao Racismo e ao Mês da Consciência Negra.

Esta sessão foi requerida pelos Deputados Damião Feliciano, Bira do Pindaré, Vicentinho e Erika Kokay, que eu faço questão, constitucional e cerimonialmente, de convidar para compor a mesa.

Convido para compor a Mesa o Ministro Presidente do Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal, Humberto Martins; o Sr. Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Juristas; o Sr. Sílvio Luiz de Almeida, advogado, filósofo, professor universitário, Relator da Comissão; e o Vice-Presidente da Comissão de Juristas da Paraíba, Desembargador João Benedito. *(Palmas.)*

Convido a todos para acompanharmos, em posição de respeito, o Hino Nacional Brasileiro.

(É entoado o Hino Nacional.)

12:21

(É entoado o Hino Nacional.)

RF

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Lerei a saudação da Presidência desta Casa.



O Sr. Presidente pronuncia o seguinte discurso:

"Sras e Srs. Parlamentares, demais autoridades aqui presentes, a Câmara dos Deputados tem a satisfação de promover esta sessão solene para homenagear o Mês da Consciência Negra e o encerramento dos trabalhos da Comissão de Juristas de Combate ao Racismo.

Gostaria de agradecer aos requerentes, Deputados Damião Feliciano, Bira do Pindaré, Vicentinho e a Deputada Erika Kokay, por trazer tema tão relevante ao debate parlamentar.

12:25

RF

O Dia da Consciência Negra, que é celebrado em 20 de novembro, contribui para que todos façam uma reflexão sobre a inserção social do cidadão negro no País, bem como atentem para o racismo estrutural e institucional que, infelizmente, permeia o dia a dia das cidades brasileiras.



Cabe lembrar que o estatuto nasceu de um projeto de lei votado no Congresso Nacional. Foi graças a ele que surgiram iniciativas como a política de cotas das universidades a garantia do ensino de cultura afro-brasileira no ensino fundamental.

[Voltar ao topo](#)

Contudo, ainda há muito a ser feito. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizados neste ano revelam que a população negra é a que mais se encontra em situação de vulnerabilidade social. Os afrodescendentes exibem maior dificuldade no acesso à saúde e são maioria na população de rua. São também os que mais sofrem com a perda de emprego. Assim, não têm escolha a não ser ocupar posições precárias no mercado de trabalho. Nesse contexto, foram os mais atingidos durante a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus. A letra da lei e as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal não têm sido suficientes para aplacar tamanha desigualdade inter-racial.

Outro problema a ser destacado, do qual esta Casa não pode se furtar, é a violência sofrida pela população negra. Para tanto, em janeiro deste ano a Câmara formou uma Comissão de Juristas de Combate ao Racismo. O objetivo da Comissão foi o de traçar caminhos para combater problemas como o encarceramento em massa da população negra e a violência das abordagens policiais. Foram convidados 20 juristas negros juntamente com Parlamentares e representantes da sociedade civil. Foi escolhido como Presidente o Exmo. Sr. Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça. Os integrantes da Comissão se debruçaram sobre a legislação vigente em busca de mecanismo para aperfeiçoá-la assim como para combater o racismo.

Inúmeras audiências públicas com representantes de movimentos sociais e organizações que defendem a causa negra do Brasil foram convocadas, promovendo extensos debates. O relatório final, que será entregue nesta sessão solene, é fruto de um esforço hercúleo e está repleto de sugestões de mudanças não só na legislação, mas na atitude diária do brasileiro diante da diversidade étnica, que carece de uma renovação urgente.

O Parlamento está sempre aberto ao debate e ao aperfeiçoamento de legislações ultrapassadas. Daremos sempre o nosso melhor para garantir a erradicação do racismo estrutural e institucional no Brasil. Este debate não morre aqui. A luta pela igualdade racial segue firme até ser alcançada."

Muito obrigado. *(Palmas.)*

12:29

Concedo a palavra ao Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Humberto Martins.

RF



O SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS - Bom dia a todos, bom dia a todas. Queremos saudar o Deputado Federal Damião Feliciano, representando, neste ato solene, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Na pessoa dele, eu quero saudar todos os Deputados e Deputadas Federais. Na pessoa da Deputada Federal Margarete e da Deputada Federal Celina, eu saúdo todas as mulheres brasileiras do Parlamento. Também quero saudar a Ministra Maria Cláudia, do TSE. Na pessoa dela, eu quero saudar toda a magistratura brasileira. Na pessoa do meu querido amigo, o Ministro do STJ Benedito Gonçalves, eu quero saudar todas as comissões, todos os movimentos em favor da cidadania brasileira.

Ministro Benedito Gonçalves, V.Exa. é um exemplo de trabalho, de notoriedade, de homem público que honra não somente a magistratura, mas a cidadania deste Brasil. Parabéns, Ministro Gonçalves!

Também quero saudar os Deputados Bira, Vicentinho e Erika. Quero saudar todos da Comissão, em especial as amigas e amigos da cidadania.

Ministro Benedito, neste tempo de ansiedade e de angústia, em que falamos da pandemia, falamos dos mais variados vírus que assolam o Brasil e o mundo, não perdemos a fé, o amor e a esperança de saber que tudo passa. Só não passa a misericórdia de Deus. *(Palmas.)*

Neste tempo, em que estamos vencendo as dificuldades e ansiedades, todos nós, homens e mulheres, temos que dar as mãos, independentemente de cor, de raça, de credo, de gênero, de condição social, econômica ou política, porque somos filhos de um mesmo pai. Não somos iguais em razão da Constituição. Somos iguais, sim, homens e mulheres, desde a criação. Somos todos iguais, mesmo diante da lei, desde a criação do mundo. Esta Comissão é uma comissão que retrata e restaura a identidade das pessoas. Somos iguais perante os homens e perante a lei divina.

Não poderia deixar de trazer uma palavra de fé, de amor e de esperança. Quem segue a justiça e a lealdade encontra a vida, justiça e honra. O próprio livro sagrado diz que ninguém pode viver isolado. Como é bom e agradável quando todos nós convivemos em união. Temos que conviver em fraternidade. Temos que conviver em amor. Perguntava-se o que é o amor. O amor é a felicidade que vem da alma, do coração. O amor é a igualdade entre as pessoas. O amor é o respeito às pessoas. O amor é tratar o outro como trata a si próprio. Devemos amar uns aos outros, como amamos a nós mesmos.

12:33

RF



As três virtudes para se encontrar o verdadeiro sentimento da igualdade são: a humildade, a prudência e a sabedoria. Não há sucesso nenhum, nem nas instituições, nem nos poderes da República, se não existir humildade, prudência e sabedoria.

Eu encerro aqui a minhas palavras dizendo ao Ministro Benedito e a este Parlamento, a Casa do Povo: todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Nós somos apenas instrumentos do poder. O proprietário do poder é o cidadão. Eu encerro as minhas palavras dizendo: de mãos dadas, combati o bom combate. Encerrei a carreira. Guardei a fé. Confio no Parlamento. Confio nas pessoas. Brasil e Cidadania.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Eu, que luto muito pelo direito das mulheres, com a minha esposa, que é Vice-Governadora do Estado da Paraíba, a Lígia Feliciano, não convidei para compor a Mesa — a Deputada Erika Kokay nos pediu que fizéssemos essa correção e a trouxéssemos para a mesa; por isso, é bom as mulheres estarem nos seus devidos lugares — a Dra. Maria Ivatônia Barbosa dos Santos, que é a 2ª Vice-Presidente da Comissão de Juristas. *(Palmas.)*

Esta sessão solene está inserida num acontecimento de importância muito grande: a criação da Comissão de Juristas de Combate ao Racismo, uma ideia do Deputado Orlando Silva, o nosso companheiro, que fez questão de fazer e formatou junto com a Presidência da Casa... E nós Deputados o apoiamos. Mas eu tenho que dizer, para fazer justiça — não é, Deputada? —, que nós fizemos... O resultado foi brilhante! Agora, depois da entrega do relatório, nós vamos nos debruçar sobre ele para ver se conseguimos formatá-lo em termos de leis.

12:37

Eu queria aproveitar esta parte da solenidade para conceder a palavra ao Presider [Voltar ao topo](#) o. Ele vai se pronunciar e, ao mesmo tempo, fazer também a entrega do relatório. Depois eu vou



conceder a palavra ao Relator.

O interessante é que eu não conhecia o Ministro Benedito Gonçalves, mas ele, quando nos contactou, tinha uma empolgação brilhante, Presidente Humberto. Pela força e energia, ele conquistou os Deputados, e como produziu muitos frutos esse trabalho!

Por isso, orgulhosamente, a Câmara dos Deputados concede a palavra ao Ministro Benedito Gonçalves. *(Palmas.)*

O SR. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente desta sessão solene, que representa neste ato o Sr. Presidente Deputado Federal Arthur Lira, senhoras e senhores, é com imensa satisfação e orgulho que participo desta sessão solene, proposta pelos nobres Deputados Damião Feliciano, Bira do Pindaré, Vicentinho e Erika Kokay.

Além de celebrar o mês da consciência negra, efeméride que evoca a luta longa e acirrada que travamos pela igualdade racial no Brasil, esta sessão marca a apresentação simbólica de instrumento que esperamos venha a ser muito útil para as batalhas antirracistas: o relatório final da Comissão de Juristas de Combate ao Racismo, que tive a honra de presidir.

Ao longo deste ano de 2021, em meio à pandemia da COVID-19, juristas, especialistas, militantes, pesquisadores, representantes de organizações da sociedade civil e consultores legislativos se uniram em torno do propósito de aperfeiçoar a legislação de combate ao racismo estrutural e institucional neste País.

A Comissão foi criada em meio à comoção nacional causada pelo assassinato de João Alberto Silveira Freitas, cidadão negro espancado até a morte por seguranças da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre, em 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra. A tragédia de Beto Freitas tornou premente uma resposta firme do poder público, uma ação que contribuísse, de modo efetivo, para a mudança profunda e permanente de que nossa sociedade necessita para se tornar, de fato, igualitária.

12:41



Os 20 juristas que compuseram a Comissão trabalharam apoiados em cinco eixos: direito econômico, tributário e financeiro e questões raciais; direitos sociais; medidas de combate ao racismo institucional no setor público; medidas de combate ao racismo institucional no setor privado; e sistema de Justiça Criminal e racismo. Após ampla discussão com segmentos diversos da sociedade, foram identificadas questões centrais a serem combatidas em lutas atuais e futuras.

O relatório final da Comissão de Juristas de Combate ao Racismo, oferecido pelo ilustre Relator, o Dr. Silvio Almeida, traz o resultado desse processo. Além de consistentes reflexões sobre as mais variadas formas de preconceito racial, o documento propõe instrumentos legais para o seu enfrentamento.

Agradeço a confiança do Parlamento em nos conferir o exercício de tão nobre e justa missão: contribuir para preservar a vida e a dignidade das pessoas negras neste País.

Parabenizo especialmente o Presidente desta Casa, Deputado Arthur Lira, por abrigar, na Câmara dos Deputados, debate de tão grande valor para a nossa sociedade.

Assinalo, com gratidão, a iniciativa dos Parlamentares da bancada negra, que propuseram criar uma comissão de juristas que oferecesse respostas mais efetivas ao racismo estrutural e institucional no nosso País. Cabe registrar que a iniciativa foi prontamente acolhida pelo então Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia.

Agradeço ao Relator dos trabalhos da Comissão, Dr. Silvio Almeida, por sua contribuição intelectual inestimável; ao Vice-Presidente, Desembargador João Benedito da Silva, pela parceria na condução desta empreitada; e, com justiça, aos meus colegas juristas que integraram esta Comissão, que abrilhantaram os debates realizados e tornaram possível o desfecho bem-sucedido de suas diligências. Foi um prazer trabalhar com as senhoras e os senhores.

Agradeço também, na pessoa do Dr. Carlos David Carneiro Bichara, aos consultores legislativos desta Casa, que tanto nos apoiaram na construção deste relatório e na elaboração das propostas legislativas nele sugeridas.

Registro, finalmente, meu agradecimento ao prestimoso Secretário-Executivo desta Comissão, Sr. Carlos Alberto Teodoro Carvalho, assim como a todos os servidores desta Casa, que tornaram possível a finalização deste trabalho.

A luta contra o racismo e a discriminação racial deve ser diária, constante e permanente.

Este relatório final é nosso convite ao Parlamento e ao povo brasileiro para lutarmos, juntos, para que tenhamos uma sociedade livre, justa e solidária.

12:45

Que a bandeira da igualdade racial no Brasil seja de todos!

RF

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Muito obrigado, Ministro Benedito Gonçalves. O senhor, em poucas palavras, conseguiu resumir os acontecimentos pretéritos, presentes e futuros da necessidade do tratamento da igualdade racial. Parabéns.

Tem a palavra o Relator, Silvio Almeida.

O SR. SILVIO LUIZ DE ALMEIDA - Em primeiro lugar, uma boa tarde a todas e a todos.

Quero dizer da minha alegria e minha satisfação de estar aqui neste momento, que é muito especial. É um momento que reputo como histórico, dada a importância do trabalho que foi feito.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero inicialmente cumprimentar meus colegas de Comissão e o faço cumprimentando o Presidente, Ministro Benedito Gonçalves, que foi um grande companheiro, um grande parceiro nessa jornada, sempre com sua paciência, sua temperança, seu equilíbrio. Então, muito obrigado, Ministro.

Quero cumprimentar também a todos da Comissão ao cumprimentar minha colega Dra. Maria Ivatônia Barbosa dos Santos. Muito obrigado, Dra. Maria Ivatônia. Estou honrado.

Cumprimentando esses dois membros da Comissão, também quero agradecer às minhas colegas e meus colegas aqui. Sou relator-geral, mas eu nada mais fiz do que sintetizar o brilhantismo, a capacidade desses meus colegas e minhas colegas que aqui estão, que são merecedores de toda homenagem.

Quero também agradecer, e muito, aos Deputados da bancada negra, os Deputados aliados, que tornaram possível a instituição desta Comissão, e o faço em nome do Deputado Orlando Silva, do Deputado Damião Feliciano, da Deputada Benedita da Silva, especialmente, porque envidaram esforços e foram fundamentais para que esta Comissão pudesse ganhar luz.

Cumprimento também a todos os presentes aqui, os representantes dos movimentos sociais. E quero saudar muito especialmente uma pessoa sem a qual eu particularmente não estaria aqui. Foi sempre uma grande inspiração para mim o Prof. Edvaldo Pereira de Brito. Obrigado, professor. Estou honrado. *(Palmas.)*

Este é um momento que eu diria que nós dois jamais teríamos sonhado, naquele tempo dos bancos da faculdade. Então, uma vez mestre, continua sendo meu mestre. Saiba disso.

12:49

RF



Hoje, senhoras e senhores, nós apresentamos ao Parlamento e à sociedade brasileira um conjunto de propostas legislativas tão concreto quanto viável; tão necessário quanto urgente. Mas nós não fazemos apenas por nós mesmos.

Eu quero reiterar que este é um trabalho de uma Comissão, uma Comissão que foi integrada por juristas, mas que teve uma participação fundamental também dos servidores desta Casa.

Aliás, eu gostaria de aproveitar este momento para dizer que quero agradecer nominalmente a todos os servidores da Casa e em particular ao Secretário Executivo Carlos Alberto Teodoro Carvalho. Agradeço também aos consultores legislativos, os quais quero nomear aqui: Aldenise Ferreira dos Santos, Carlos David Carneiro Bichara, Jefferson Ricardo Ferreira Chaves, Luisa Couto Boechat, Nilton Rodrigues da Paixão Junior, Pedro Garrido da Costa Lima. Ao ver essas pessoas trabalhando, tenho a plena certeza de que nós temos como missão fundamental no Brasil lutar pelo fortalecimento do serviço público. *(Palmas.)*

A administração pública brasileira precisa ser fortalecida, porque na administração pública brasileira nós temos o que há de melhor. E vocês são o que há de melhor.

Eu quero agradecer profundamente.

Mas, como eu disse, esse trabalho não é um trabalho que foi feito por nós mesmos. Esse trabalho é um trabalho que ecoa um acúmulo histórico, um acúmulo de forças e de lutas que ultrapassam e transcendem cada um de nós que aqui está.

Esta Comissão tem um elemento que a torna histórica, que é o fato de que pela primeira vez há uma Comissão composta apenas por pessoas negras, juristas do mais alto gabarito, juristas muito bem formados, juristas que são o que há de mais importante, que representam da melhor maneira os seus campos de atuação. Nem todos os melhores juristas negros deste País não estão na Comissão, mas certamente os que estão na Comissão integram os melhores. E eu gostaria de agradecer mais uma vez a cada um e a cada uma.

Assim como os meus colegas de Comissão, eu descendo de seres humanos que foram escravizados. Sou filho da dor, das lutas, das alegrias e de muita dignidade de quem teve em suas mãos as marcas do trabalho duro e, na alma, as marcas de um passado e de um presente que não nos definiu e não nos fez sucumbir. *“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”* — Diana Gonçalves
Emicida.

Hoje, portanto, trazemos aqui ao plenário desta Casa a voz e a alma dos nossos antepassados, dos nossos pais, avós, irmãos, e trazemos também a das crianças e jovens negros e indígenas deste País, que querem viver e construir livremente seus próprios futuros. Aliás, a luta antirracista é uma luta que se dá não só no presente, é uma luta em prol do futuro, mas é uma luta também pela reconstrução e ressignificação do passado.

Como diz um velho ditado iorubá: Exu matou o pássaro ontem com a pedra que atirou hoje. E é neste sentido que nós atiramos essa pedra, para ressignificar o nosso passado.

Estamos aqui também por todos aqueles que não puderam estar. É preciso que se lembrem da origem desta Comissão, como foi muito bem lembrado pelo Ministro Benedito Gonçalves, que foi o assassinato brutal de Alberto Freitas em uma unidade de supermercado do Carrefour. Não esqueceremos, estamos aqui pelo Beto, mas também por Marielle Franco, pelo músico Evaldo Rosa, pelo menino João Pedro, pela menina Ágatha, pelo menino Miguel, por todos aqueles e aquelas que foram vítimas do extermínio da juventude negra e periférica neste País.

12:53

RF



Em memória de todos esses, a nossa lição aos algozes do nosso povo é a mesma lição dada pela resistência à ditadura civil militar de 1964, na voz de Paulo César Pinheiro:

(...)

Você corta um verso, eu escrevo outro

Você me prende vivo, eu escapo morto

De repente olha eu de novo

Perturbando a paz, exigindo o troco

(...).

Hoje, o nosso verso tem o formato de um programa, do projeto de um sistema jurídico para a criação de uma Nação antirracista. Nesse sentido, não podemos esquecer que as histórias dos negros e negras do País são também, desde o início, histórias da autoconstrução de modos de vida: sobrevivência e resistência contra as mais diversas formas de exploração e opressão, muitas delas por fora ou mesmo contra o direito — eu diria que a maioria delas é por fora e contra o direito —, que muitas vezes na história funcionaram como instrumento de organização de expressão do racismo. O direito sempre foi fundamental para organizar o racismo. Justamente por isso não temos ilusão de que nossa libertação virá, em última instância, por meio do direito.

Ao mesmo tempo, a luta dos explorados e oprimidos no Brasil, e no mundo, muitas vezes estabeleceu estratégias de sobrevivência e resistência, utilizando-se das ferramentas do direito. Aprendemos, há muito tempo, com figuras como Luís Gama e Esperança Garcia, que certo uso do direito, longe de consistir em acomodação ao sistema que nos oprime, pode consistir numa etapa importante da nossa luta por justiça.

Nesse sentido, somos ainda os herdeiros mais imediatos de um ciclo de lutas iniciado na década de 70, que teve como um dos pontos marcantes o ato público contra a violência, discriminação e racismo realizado no dia 7 de junho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Esse ato marcaria o lançamento público do Movimento Negro Unificado — MNU. Denunciamos ainda, como na carta-manifesto lida naquele ato, a discriminação racial e a violência de agentes do Estado. Lutamos contra o desemprego, o subemprego e a marginalização da p

[Voltar ao topo](#)

a.

Nosso programa também dialoga com as resoluções da convenção nacional *O Negro e a Constituinte*, organizada por diversos movimentos negros, apresentadas à Constituinte de 1987.

Como nossos companheiros e companheiras, ainda reivindicamos, malgrado os avanços, a efetiva inclusão do ensino da história da África e da história do negro no Brasil, a reforma do modelo de segurança pública e a proteção de todas as mulheres, principalmente das negras, contra a exploração e controle dos seus corpos pelo mercado e pelo Estado.

Somos, por fim, tributários ainda da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, quando lutávamos pelo fortalecimento dos sistemas universais de saúde e educação, pelo combate ao racismo em seus âmbitos, pela efetiva proteção das comunidades tradicionais do terreiro e pelo combate à discriminação racial no mundo do trabalho.

Todas essas lutas cruzaram-se, em algum momento, com a exigência de mudanças no arcabouço jurídico do País. Sem jamais reduzir o nosso horizonte a elas, herdeiros somos desta história. Por isso, agora, damos a nossa contribuição para seguirmos adiante inclusive em todas as conquistas que obtivemos nas últimas décadas, aprofundando as ações afirmativas, a agenda social quilombola e nosso espaço no Governo e na sociedade, para seguirmos adiante na luta contra todo tipo de discriminação e, sobretudo, todos os tipos de exploração, para erradicar a miséria do povo negro e demais grupos racializados neste País, para reduzir substancialmente as desigualdades que nos atingem.

12:57

RF



Esses avanços não devem nos fazer esquecer, contudo, que as estruturas reprodutoras de violência, como a da segurança pública, por exemplo, permaneceram, salvo experiências pontuais, praticamente intocadas em seus fundamentos, não apenas mantendo como atualizando práticas autoritárias e violentas. Manteve-se intacta, portanto, uma estrutura sistematicamente denunciada como genocida e que tem como alvo prioritário a população negra deste País.

Também não podemos esquecer, senhoras e senhores, o enrijecimento das políticas de austeridade, sim, e esvaziamento do orçamento. O Prof. Edvaldo Brito falava muito bem: não existe política de combate ao racismo sem orçamento, não existe política de combate ao racismo sem investimento. É fundamental que se diga isso. Portanto, o abandono de políticas públicas importantes e o fechamento de espaços de interlocução com movimentos sociais é um índice de como o Brasil se estrutura e se ancora sobre o racismo.

Mais grave que tudo isso é a defesa ostensiva, feita pelos mais altos escalões da República, da violência institucional. Não esqueceremos e não aceitaremos jamais. É nesse cenário de avanços e retrocessos que procuramos trabalhar nos últimos meses e apresentar agora ao Parlamento brasileiro e à sociedade brasileira o nosso programa.

E quero dizer uma coisa importante. Nesta Comissão, ao contrário de em muitas outras, nós fizemos uma opção de incorporar no nosso relatório as contradições existentes dentro da própria Comissão. Nós da Comissão pensamos de maneiras distintas, temos visões distintas sobre o Brasil, e por isso os nossos distintos pensamentos e formações estão expressos em relatório de projetos diferentes, para que o povo brasileiro, que tem legitimidade para

conveniência, a pertinência desses projetos, possa tomar sua decisão. Então, o relatório expressa, em certos pontos, visões distintas sobre como lidar com o racismo na sua dimensão institucional.

Queremos não apenas renovar o período de validade das cotas em universidades e no serviço público, mas aperfeiçoá-las do ponto de vista institucional e preservá-las pelo tempo que perdurarem desigualdades raciais significativas. Acreditamos, e nos confirma a melhor literatura sobre o tema, que ações afirmativas, entre outros resultados, fortalecem laços sociais, impedindo isolamento de grupos e retirando força de práticas discriminatórias; permitem o exercício de pluralidade de visões de mundo e interesses, do contrário silenciados; permitem redistribuição de recursos materiais e simbólicos a grupos historicamente discriminados.

Além disso, é preciso garantir a implementação de mecanismos de governança. Isso é muito importante. O racismo não é só uma questão moral, o racismo é uma questão de governança, é uma relação de poder. Portanto, é fundamental que nós também sejamos mais sofisticados para entender o quanto o racismo nos consome. E, portanto, gestores públicos, de modo aberto e participativo, devem contribuir para que haja o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de combate ao racismo, não apenas para melhorar seu desempenho ou assegurar sua efetividade, mas também para prevenir o abandono e as discontinuidades que nós sabemos que ocorrem nas políticas públicas.

Propomos ainda desinsular as políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial de órgãos específicos, caso da extinta SEPPIR, ou de departamentos específicos ou de alguns Ministérios. A ideia é que a igualdade racial e de gênero seja tomada como uma preocupação e compromisso de toda a administração pública e que se torne uma política de Estado.

O que nós estamos propondo, portanto, é um quadro jurídico institucional, um desenho jurídico institucional para que nós possamos criar um sistema nacional antirracista.

13:01

RF



Apresentamos também medidas de combate ao assassinato de jovens negros neste País, na esteira do trabalho realizado por esta Casa, na CPI que apura o assassinato de jovens negros e pobres, bem como medidas para o combate ao encarceramento em massa da juventude negra. Não aceitaremos, mais uma vez, que o lugar dessa juventude seja relegado neste País às pás dos cemitérios ou aos camburões.

Propusemos ainda espriar o combate ao racismo institucional para as estruturas de mercado, o aprofundamento das sanções civis contra práticas discriminatórias, bem como a positivação de mecanismos já conhecidos internacionalmente de promoção do direito antidiscriminatório e de implantação de estruturas jurídicas empresariais de conformidade, *compliance*, que levem à prevenção, detecção e responsabilização de empresas diante de atos discriminatórios. É chegado o momento de exigir das empresas, não apenas indiretamente, mas também nos locais de trabalho, nos postos de comando, em suas posturas públicas, o compromisso no combate à face institucional do racismo, transformando esse combate em um elemento presente e permanente no curso das relações privadas.

Mais importante, no entanto, é enfrentar o racismo diretamente, fazendo com que se discuta o modelo econômico que lhe dá sustentação. Esse passo inicia-se por questionar a atuação do Estado na arrecadação de recursos e a realização dos gastos na orientação

econômica, sobretudo na construção de um projeto de desenvolvimento que incorpore o combate ao racismo como objetivo central, como já dizia um homem que ocupou esta Casa e que, por conta do golpe militar, teve seu mandato cassado, estou falando de Alberto Guerreiro Ramos.

Portanto, temos que pensar cada política pública, cada instituição pública a partir da perspectiva do racismo estrutural e institucional. Já foi dito isso aqui, o racismo não é um problema dos negros do País, é um problema de todos os brasileiros. Estou falando para os brancos que me ouvem: o Brasil jamais conseguirá ser um País decente se não enfrentar a questão racial. A questão racial entra como um elemento fundamental para a organização das nossas relações sociais.

Nessa esteira é que propomos, como já disse, elementos para uma base jurídica de um projeto nacional de desenvolvimento que valorize a criação de empregos de qualidade e o investimento em infraestrutura social, em moradia, em saneamento e na transição para uma economia verde, que combata os mais diversos aspectos do racismo ambiental e da segregação socioespacial no Brasil.

Em relação ao acesso ao trabalho, ao emprego, outra das grandes preocupações da juventude negra brasileira, Lélia Gonzalez já nos alertava, em seu próprio tempo e no âmbito de suas próprias referências, para o fato de que não resolveremos o problema da formação de uma massa marginal, como ela dizia, ocupada, em grande parte, pela juventude negra em nossa economia, se não transitarmos para um modelo que nos retire do lugar de exportador de produtos de baixo valor agregado para as grandes metrópoles do capitalismo internacional. Nesse sentido, um projeto nacional que promova a complexidade da economia brasileira também possui o potencial de dar mais dignidade e esperança à juventude negra.

Todos os elementos aqui mencionados e muitos outros, senhoras e senhores, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, estão consignados em um documento que agora apresentamos. Um programa legislativo, friso, mais uma vez, tão viável quanto urgente, porque nós, negros e negras trabalhadores, pessoas LGBTQIA+, mulheres, indígenas e outros grupos explorados nesse País temos pressa. Temos pressa para que haja cidadania.

Sabemos que a classe dominante neste País e alguns setores desta Casa querem, como dizia Luiz Gama, uma abolição secular, na qual as alforrias se provem por certidões de óbito, uma liberdade métrica, "bacalhocrática", ponderada, refletida, triturada e higiênica para os moribundos, e funerária para os mortos. Como também dizia Luiz Gama: *"Da minha parte, ouço-os: sei o que eles são, e o que querem; sei o que faço, e prossigo na minha tarefa"*. Na nossa tarefa. E a nossa tarefa nada mais é do que garantir comida, trabalho, saúde, cultura, dignidade e vida, sobretudo ao povo que mais sofre neste País: povo negro, povo indígena, todos os trabalhadores e trabalhadoras, todos aqueles que são oprimidos e explorados.

13:05

Muito obrigado. (*Palmas.*)

RF



O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Concedo a palavra à 2ª Vice-Presidente, representando as mulheres, a Dra. Maria Ivatônia Barbosa dos Santos, da Comissão de Juristas.

Antes, registro a presença do Desembargador Federal João Batista Pinto e Silveira, do TRF4, que é Diretor-Geral da Escola de Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e do Desembargador Stênio de Souza Neiva Coelho, do Tribunal de Justiça do vi: [Voltar ao topo](#) de Pernambuco.

Tem a palavra V.Exa.

A SRA. MARIA IVATÔNIA BARBOSA DOS SANTOS - Muito obrigada.

Boa tarde a todos.

Saúdo o Deputado Damião Feliciano, o Deputado Bira do Pindaré, a Deputada Erika Kokay, na pessoa de quem eu peço licença para chamar aqui todas as mulheres brancas, negras e indígenas. As mulheres precisam participar, Deputada Erika Kokay, da política. *(Palmas.)*

Elas precisam participar dos espaços de poder. E é uma alegria vê-la representar tão bem os nossos ideais. Destaco o seu esforço, Deputada, também de participar dessa luta, que é uma luta de cidadania e justiça.

Saúdo o Ministro Humberto Martins, caro Presidente do STJ; e o querido Ministro Benedito Gonçalves, um exemplo de trabalho, de denodo, de firmeza, de paciência, de humildade e de companheirismo. Ministro, esta Comissão me trouxe muita coisa, mas a convivência com V.Exa. foi fundamental. *(Palmas.)*

E saúdo o queridíssimo Silvio Almeida. Depois do Silvio, ninguém deveria se atrever a falar. O Silvio realmente é o meu modelo de fala, de conhecimento.

Saúdo ainda o Desembargador João Benedito da Silva, meu querido amigo e integrante da Comissão.

Chamo aqui todas as mulheres, negras, brancas, indígenas, todas nós que estamos aqui e que precisamos pensar na urgência de ocuparmos espaços de poder, porque somos nós, e é a nós que a maior carga é entregue.

13:09

RF



Gosto muito de pensar em André Comte-Sponville, um filósofo francês. Ele escreveu um livro que eu gosto muito de ler e indico, se ainda não leram. Trata-se de leitura fácil, seja no idioma no qual foi escrito, seja na tradução para o português, que também é muito boa. E um capítulo que me chama muita atenção é o que trata da justiça como uma das virtudes cardeais da Idade Média — não é a moderna nem a contemporânea —, porque a justiça é aquilo que está... É a justiça que não caminha sem temperança, que não caminha sem prudência, que não caminha sem coragem, que não caminha sem equidade; ou seja, na justiça estão embutidas, e sem as quais ela não é uma virtude, sem as quais ela não é um ideal, sem as quais não é algo para o que se possa lutar e pela qual se pode dar a vida.

Então, esta Comissão é o resultado de uma luta de mulheres corajosas, em uma carga horária muito grande, em um quinto momento de trabalho. Foi o resultado de uma crença que poderíamos fazer e uma lembrança também. Sabemos que iremos receber críticas — são bem-vindas.

Mas foi um trabalho de denodo, um trabalho de pesquisa, um trabalho de oitiva e que, hoje, entregamos à sociedade, entregamos ao Parlamento. Sabemos que este é um começo. Este é um trabalho que não começa aqui, que começou lá atrás, e que tem, necessariamente, que seguir em frente.

Eu agradeço profundamente por este momento, pela oportunidade, e quero dizer que sou outra. Existe uma pessoa antes desta Comissão e outra pessoa depois desta Comissão.

[Voltar ao topo](#)

Agradeço muito. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Antes de passar a palavra aos Parlamentares autores do requerimento da solenidade, vamos chamar a Comissão de Juristas, que fará a entrega simbólica à Mesa e à Presidência da Câmara dos Deputados do relatório.

A quem for da Comissão peço que suba aqui, para a entrega oficial do relatório.

13:13

RF



O SR. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES - Presidente, receba então, em nome da Comissão, o relatório final, elaborado pelo Dr. Silvio Almeida, que representa o esforço de um trabalho de 1 ano em busca de cidadania para um grupo que luta tanto, desde quando nasce. E muitos dos nossos pereceram, reclamando por direitos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Muito obrigado.

A responsabilidade da Câmara dos Deputados é a formatação de leis, e vamos nos debruçar sobre esse relatório, que com certeza vai produzir frutos para o povo brasileiro.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Minhas palavras são mais de agradecimento a essa Comissão lutadora pelos direitos dos negros. Temos uma Comissão aqui na Câmara dos Deputados, mas eu queria, para não me alongar, citar os Parlamentares Antônio Brito; a ícone do Brasil, que é Benedita da Silva, em todos os recantos, e fazemos questão de ressaltá-la como um símbolo do Brasil; Bira do Pindaré; Orlando Silva; Silvia Cristina; Talíria Petrone; Fernanda, que também participou conosco; Tia Eron; Vicentinho; e os demais participantes.

13:17

RF



Tudo isso que estamos dizendo aqui é importante, mas eu só queria ressaltar que é fundamental para nós podermos ter uma educação de qualidade para as pessoas negras. Eu sou fruto da educação. Quando educamos as pessoas, conseguimos fazer com que elas elevem de nível, e aí, esclarecidas, podemos combater, debater e produzir frutos em relação ao que fazer com esses bolsões de miséria que existem nas periferias das grandes cidades.

Com políticas públicas para esses lugares, saúde de qualidade, escola e ascendendo a questão da empregabilidade, nós vamos com certeza mudar. A exemplo, como eu disse, das cotas no Brasil, que mudaram o colorido das universidades brasileiras. Hoje, as oportunidades de emprego para a raça negra, nesse 10 anos de cota, melhoraram muito, inclusive com perspectiva de melhores salários.

Por isso, eu queria agradecer a todos os Deputados. São guerreiras a Deputada Tia Eron, a Deputada Talíria, enfim, todas que lutam. E sabemos que a luta é grande, não é uma luta fácil. Mas, acima de tudo, nós temos dever com a história brasileira, com a história do nosso povo. Eu estou sentado aqui nesta cadeira presidindo uma sessão da Câmara dos Deputados, e com certeza muitas pessoas, muitos negros morreram para que estivéssemos, Dr. Erivaldo Brito, neste lugar. Para que estivéssemos aqui, muitos sacrificaram a vida.

Então, agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Nós agora vamos passar a palavra aos autores da solenidade. E eu estou feliz, porque já fizemos várias exposições — depois eu quero convidar todos para adentrarem o F [Voltar ao topo](#) as Guimarães —, mas a primeira vez que nós fizemos aqui essa exposição foi agora, Deputado

Vicentinho. Com toda a vivência da Câmara, 3 anos atrás não existia a exposição, nem havia um lugar onde pudéssemos enaltecer a questão da consciência negra. Isso já é um avanço. Mas este ano está sendo diferente.

Como disse a nossa Desembargadora Maria Ivatônia, eu hoje sou outro: é antes da Comissão e depois da Comissão. Eu estou com esse sentimento de que nós, Deputada Tia Eron, Desembargador Benedito, produzimos coisas muito boas aqui para o nosso País.

Eu queria passar a palavra aos autores da solenidade em homenagem à consciência negra, a começar pela história, com o Deputado Vicentinho.

13:21

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu peço licença para retirar a máscara para poder fazer o meu pronunciamento.

RF



Eu quero, antes de mais nada, saudar e agradecer à Mesa, composta por: nosso Deputado Damião Feliciano; Deputado Bira do Pindaré; Deputada Erika Kokay — cumprimento nossas companheiras aqui presentes, as Deputadas todas —; Ministro Humberto Martins; Ministro Dr. Benedito Gonçalves, que nós conhecemos de longa data; estimado Prof. Silvio, jovem lutador, guerreiro, grande jurista; Desembargador João Benedito da Silva, que tivemos a honra de conhecer; e Dra. Maria Ivatônia, com muita honra.

Quero também, neste momento em que nós estamos realizando a nossa última atividade do mês de novembro, lembrar um pouquinho o porquê desse Dia da Consciência Negra.

Muita gente não sabe, mas em um sábado de 1971 um grupo de 12 negros se reuniu em Porto Alegre, no Clube Náutico Marcílio Dias, próximo ao Rio Guaíba. Fundado em 1949, quando os outros clubes da cidade não aceitavam afrodescendentes, o local cedeu a eles uma sala, que foi sendo organizada com mesas de fórmica postas em forma de círculo. Ali, pela primeira vez, 20 de novembro seria o Dia da Consciência Negra no Brasil.

A data marca a morte de Zumbi dos Palmares, líder do quilombo que resistiu por 95 anos na Serra da Barriga, em Alagoas. Naquele dia, em 1695, Zumbi foi assassinado pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, criminoso, em uma emboscada. Covardemente, sua cabeça foi exibida em praça pública.

Os mentores do Dia da Consciência Negra tinham uma ideia nascida das conversas entre quatro universitários gaúchos: Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes, que ainda está vivo. Eles frequentavam rodas que questionavam, há tempos, o 13 de Maio.

Então, quero reforçar, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que esta data tem início, tem uma história e tem seus criadores.

Aqui eu lembro que o Dia da Consciência Negra tem a ver com a conscientização. E nós nos lembramos do grande Zumbi dos Palmares, que tem uma história linda e uma frase belíssima: manifestando esperança, ele dizia que as pessoas não nascem com ódio, as pessoas aprendem a ter ódio, e, se aprendem a ter ódio, também aprenderão a amar. Isso é fantástico!

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que, nesse contexto, ontem, lá no ABC, no centro do Projeto Meninos e Meninas de Rua, a nossa estimada Profa. Alcidéa M
livros, seguindo a orientação do Nelson Mandela. Um dos livros é *Essa Tal Dif*

[Voltar ao topo](#)ois
er

usado por nós com as crianças, com as famílias brancas e negras. E o outro livro é *Sampa em Contos e Crônicas Negras*, que conta a história do povo negro, que venceu, que mostrou que é capaz, como é esta Comissão que aqui está.

13:25

RF



Ter uma Comissão negra para fazer um relatório como esse, Dr. Benedito — depois daquele dia sofrido, nós estivemos, como Comissão Externa, lá em Porto Alegre; fomos com familiares, fomos às autoridades —, é muito simbólico, mostra que nós todos somos capazes, independente da cor da pele. Por isso, não queremos que o nosso povo seja julgado pela cor da pele, e, sim, pelo seu caráter.

Nesse sentido, quero parabenizá-lo. É obrigação de cada um de nós ler este livro, este documento...

(Desligamento automático do microfone.)

Vou concluir, Sr. Presidente. Eu sei que o tempo é curto.

Temos que fazer desse documento uma referência para nós que temos esses compromissos.

Enfim, quero dizer: Sr. Jair Bolsonaro, o povo quilombola não pesa em arroba. O povo quilombola merece vida — homens, mulheres e crianças!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Muito bem, Deputado Vicentinho.

Tem a palavra o Deputado Bira de Pindaré, que também é um dos autores do requerimento.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais participantes desta sessão solene, foi preciso, infelizmente, que uma tragédia acontecesse — um assassinato brutal e cruel que levou a vida de Beto Freitas — para que esta iniciativa fosse tomada por esta Casa, uma iniciativa que eu reputo de alta relevância. Estivemos em Porto Alegre, pessoalmente, em uma diligência designada pela Câmara Federal. Acompanhamos de perto o caso de Beto Freitas. E, em decorrência dessa diligência, o nosso colega, o Deputado Orlando, propôs a criação da Comissão de Juristas. Todos nós incorporamos a ideia, e ela foi constituída.

A Comissão de Juristas vem fazendo um trabalho durante praticamente 1 ano, e hoje, aqui, chegamos ao resultado disso. Ela não trabalhou só, mas com a participação de representantes do movimento negro, do movimento social, ouvindo amplamente a sociedade. Foi produzido um trabalho fundamental para que possamos desempenhar o nosso papel aqui neste Parlamento.

Portanto, eu queria transformar a minha palavra em uma palavra de gratidão, de agradecimento a todos os homens e mulheres pretos e pretas que, com a sua qualidade, com a sua sapiência, trazem para nós essa enorme colaboração. Isso vai, certamente, determinar a nossa atuação daqui em diante. Vai ser a nossa bússola, vai ser a nossa orientação, para seguirmos no caminho certo e transformarmos em matéria legislativa, capaz de transformar e impactar a sociedade brasileira, tudo aquilo que os senhores pensaram juntos e juntas.

Portanto, eu quero agradecer a cada um de vocês que integra esta Comissão. Eu não estou aqui com a nominata de todos, mas faço esse agradecimento na pessoa do Ministro Benedito Gonçalves, para quem eu peço uma salva de palmas por ter assumido a missão [Voltar ao topo](#) da Comissão *(palmas)*; como também na pessoa do Dr. Silvio Almeida, que deixou um pouquinho as

suas tarefas acadêmicas para se dedicar a essa grande causa no País (*palmas*); e na pessoa da Dra. Maria Ivatônia, que representa tão bem todos nós negros e negras aqui no Judiciário do Distrito Federal (*palmas*). Por meio dessas pessoas eu cumprimento todos os demais integrantes desta Comissão e agradeço a eles.

13:29

RF



Quero dizer, ainda, que tenho certeza de que todo conteúdo relevante que se possa imaginar em relação ao combate ao racismo foi pensado por esta Comissão e está certamente presente no relatório. Mas quero destacar alguns pontos que considero fundamentais no presente momento, sobretudo neste contexto em que enfrentamos um Governo que é racista — nós estamos aqui para fazer o combate ao Governo presidido pelo Bolsonaro.

Quero dizer o seguinte: o ensino da história da África é indispensável, porque um povo que não conhece a sua história é um povo sem identidade. Infelizmente, isso foi tirado da nossa gente exatamente para cercear esse direito de a população conhecer a sua própria história. Conhecer a história da África é conhecer a nossa história. Portanto, é fundamental que essa lei saia do papel e seja cumprida. E eu tenho certeza de que isso foi pensado com muita qualidade.

Também trago aqui e invoco a preocupação com a titulação das terras quilombolas. E falo sobre o tema enquanto Presidente da Frente Parlamentar Quilombola e de Combate ao Racismo.

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Conclua, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - A titulação até hoje só está escrita na Constituição Federal, lá no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ela nunca saiu do papel. E nós precisamos transformar isso em realidade.

Por fim, refiro-me à Lei de Cotas. Ela vai ter que passar por uma revisão obrigatória, mas nós estamos defendendo aqui, Deputada Vivi, que o prazo para essa revisão seja prorrogado, que esse direito não seja ameaçado, que esse direito seja garantido. Estamos aqui para dizer: "*Cotas sim!*".

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que os projetos decorrentes desse relatório devem ser subscritos por toda a bancada de pretos e pretas como uma obra coletiva e uma ação coesa de todos aqueles que integram essa bancada. (*Palmas.*)

Peço apenas mais 30 segundos, Sr. Presidente. Permita-me. Pretos e pretas demoram a falar aqui, mas, quando falam, querem falar bastante. (*Palmas.*)

Eu vou ser breve. Quero apenas dizer que venho do Maranhão, que é uma terra quilombola, e vou trazer aqui um canto de um artista maranhense, Joãozinho Ribeiro, que diz assim:

Gaiola não é prisão pra negro

Prende segredos, mas não pode nos prender

Gaiola não é prisão pra negro

Prende segredos, mas não pode nos prender

Que bandeira é aquela?

É Luther King, é Zumbi, Nelson Mandela!

Que bandeira é aquela?

É Luther King, é Zumbi, Nelson Mandela!

Ô Ganga Zumba é é a

Ô Ganga Zumba é laiá.

Ô Ganga Zumba é é a

Ô Ganga Zumba é laiá

Viva a luta do meu povo negro! Viva a luta de Zumbi! Viva Dandara! *(Ininteligível)* Essa luta é nossa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Agora falará a Deputada Talíria Petrone. Depois falará o Deputado Reginaldo Lopes.

Apenas quero dizer que o tempo está resumido. Falei com o Deputado Reginaldo — e S.Exa. concordou — que o tempo será de 3 minutos, para que todos possam falar. A Deputada Erika também vai falar pela Liderança.

Com a palavra a Deputada Talíria Petrone.

13:33

RF



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Peço licença para tirar máscaras, já que estamos aqui distantes, em um plenário que não está tão cheio.

Acredito, Deputado Damião, que este é um momento histórico, porque esta Casa sistematicamente invisibiliza as questões que dizem respeito ao nosso povo, à nossa gente.

Cumprimento o Dr. Silvio de Almeida, o Ministro Benedito e, mais especialmente, a nossa Desembargadora, a Dra. Maria Ivatônia, a quem eu queria direcionar essa saudação, porque já chega de nós mulheres negras sermos invisibilizadas. Acho que precisamos não ter mais espaços sem mulheres negras ocupando as cadeiras que conquistamos ao longo da história do Brasil. *(Palmas.)*

Foram quase quatro séculos de escravidão, que nos reservaram um lugar de marginalização e de violência, o que chega com muito mais força no nosso corpo de mulher negra. Não é à toa que somos menos de 3% do Congresso Nacional; não é à toa que somos tão poucas no Judiciário, nos espaços de poder. Isso ocorre porque lugar de poder não tem sido, ao longo da história, entendido como um lugar para o povo negro.

Mas poder, para nós, é o poder que realizamos todos os dias no território, porque não se construiu o mundo, não se construiu o Brasil sem o trabalho de negros e negras, sem o trabalho de mulheres negras ao longo da história. Cada pedra sobre pedra deste Brasil teve a mão de negros e negras para que se firmasse. *(Palmas.)*

Isso é poder. E esse poder precisa também estar refletido na caneta, nas decisões para a reconstrução deste Brasil tão destruído por Bolsonaro, pelo bolsonarismo, que tirou dos porões um racismo que nunca foi contundentemente enfrentado.

Comecei dizendo o quanto é histórico este momento pelo seguinte: quantas vezes nós votamos aqui projetos que têm perspectiva antirracista? Quase nunca.

Eu tenho visto o desmonte do já frágil Estado de Direito, com ataques a trabalhadoras e trabalhadores, ataques que têm o corpo negro como vítima. Refiro-me ao desmonte da previdência pública; à reforma administrativa, que vai atacar os serviços públicos usados por negros e negras; à reforma trabalhista. E, ainda como face da mesma moeda, vemos o alargamento do Estado penal policial. A bala de fuzil encontra sempre o mesmo corpo, que é o mesmo corpo [Voltar ao topo](#) a fome, é o mesmo corpo que encontra o desemprego.

Nós precisamos mudar essa história. E a mudança dessa história vai ser pelas nossas mãos. Por isso a importância de, no centro da política brasileira, termos uma Comissão de Juristas negras e negros, para ajudar este Parlamento, que tem uma sub-representação da nossa gente, Deputado Bira, Deputada Vivi, a reconstruir o Brasil. Eu não tenho dúvidas de que os projetos decorrentes desta Comissão serão um instrumento muito importante para que pautas que têm a ver com o enfrentamento da letalidade policial, pautas que têm a ver com o racismo ambiental, pautas que têm a ver com o nosso povo quilombola e nossos povos indígenas não sejam mais invisibilizadas.

Nós construímos o Brasil. Nós somos a maioria do povo brasileiro. E será pelas nossas mãos que vamos tirar nossa gente da dor que historicamente chega a nosso povo. *(Palmas.)*

13:37

RF



Avançamos! Vamos ocupar todos os espaços, porque, se a história foi de dor, ela foi também de resistência. Tereza de Benguela, Luísa Mahin, Dandara, Marielle Franco abriram um caminho para que não aceitemos que mais nenhuma janela seja fechada, para que todos os obstáculos que enfrentamos por causa do racismo que estrutura o Brasil sejam derrubados pelas nossas mãos e ao lado dos nossos aliados brancos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Queria registrar aqui a presença do Deputado Ivan Valente e do grande guerreiro Deputado Frei Anastacio Ribeiro, meu conterrâneo e amigo pessoal, que é branco, mas está aqui na luta.

Obrigado, Deputado Frei Anastacio.

Eu disse ao Deputado Reginaldo Lopes que ele tinha direito a 10 minutos. Mas, gentilmente, ele vai falar 3 minutos, para dar a oportunidade à turma dos 4 minutos.

Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero dizer que estou aqui na condição de aliado. Evidentemente, jamais posso expressar a dor decorrente da história deste País, que, por quatro séculos, escravizou a nossa gente, a nossa comunidade de negros e negras. Mas, na condição de aliado, quero reafirmar o meu compromisso integral com a pauta e com a agenda, que julgo extremamente importantes.

Nós denunciemos que existe um racismo estrutural, institucional.

Tive a oportunidade de presidir a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, e, naquela ocasião, por demanda do movimento negro nacional, nós aprovamos a Proposta de Emenda Constitucional nº 126, de 2015, que propõe a superação do racismo e a reparação de danos. É fundamental que os aliados e o movimento negro possam, de fato, colocar os negros e as negras no orçamento público e cobrar que os super-ricos paguem Imposto de Renda, para que, de fato, haja um fundo específico para fazer a superação do racismo no Brasil. Essa é uma pauta que julgo extremamente importante para fazer a reparação de danos e a superação do racismo.

Há também o que, há quase 20 anos, aprovamos: a inserção nos currículos escolares da disciplina transversal história da África.

Na sua época, a CPI propôs tratar como improbidade administrativa os gestores e agentes de políticas públicas não quererem enfrentar o racismo estrutural do nosso País, portanto, a nossa legislação. Cabe para isso um crime de improbidade. Talvez assim as elites

brancas deste País aprendam que têm que cumprir a legislação, que têm que fazer justiça em relação ao nosso povo, aos negros e às negras.

Quero também reafirmar o compromisso com a Lei de Cotas. Tive a oportunidade, nesta Casa, de ser quem negociou pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores, a sua aprovação aqui no dia 20 de novembro de 2008 — depois houve a aprovação no Senado. Nós precisamos exigir que esta Câmara e o Senado façam a imediata prorrogação, por mais 10 anos, da Lei de Cotas, que é uma política vitoriosa entre as políticas públicas para diminuir a desigualdade.

13:41

RF



Por último, um projeto de economia precisa incluir os negros e as negras. A mudança no plano econômico e o enfrentamento à desigualdade passam por política de inclusão das mulheres negras. A revolução no País é negra e feminina.

Um abraço! Contem sempre comigo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Muito bem. Eu acompanhei seu trabalho, Deputado Reginaldo Lopes. V.Exa. é um guerreiro.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - E queria primeiro agradecer. Tenho muita gratidão por este momento em que nós lembramos a imortalidade de Zumbi dos Palmares, lembramos que, se há tantas casas-grandes e senzalas, que teimam em perpassar a nossa contemporaneidade, nós somos filhos de Zumbi, somos filhos de Dandara, somos filhos e filhas de Tereza de Benguela, aquela que transformou os instrumentos de opressão nos instrumentos de produção e construiu os territórios livres.

O que nos faz humanos é a própria liberdade. O que nos faz humanos é a condição de sermos donas e donos dos nossos próprios corpos, da nossa fala, do nosso querer, do nosso sentir. E aí nós vamos percebendo como há um processo profundo e cruel de desumanização em curso no nosso País. É como se nos quisessem tirar inclusive a nossa própria história, e ser humano é ser histórico. Nós temos uma historicidade e nela também reconhecemos a nossa humanidade. Arrancar-nos a história e tentar fazer com que não tenhamos acesso à própria memória e à própria verdade é nos arrancar essa própria condição humana, neste processo e neste momento do Brasil em que vivemos uma necropolítica tão intensa. Mas a necropolítica atinge mais e de forma mais profunda determinados corpos. Os corpos negros e os corpos femininos são aqueles que recebem o impacto dessa necropolítica de forma muito mais intensa.

Por isso, nós estamos aqui para recepcionar o estudo dos juristas em combate a toda forma de discriminação. Estamos fazendo com consciência. Diz a canção, com razão — aliás, as canções, via de regra, sempre têm razão —, que o ponto de chegada é também um ponto de partida. Neste momento, há um compromisso dos Parlamentares e das Parlamentares que aqui estão para que essas sugestões, que foram construídas e tecidas, e que foram, a partir de vários pontos, contribuindo com o desenvolvimento da pauta legislativa, possam ter a celeridade que a nossa cidadania, a nossa humanidade e a nossa democracia exigem.

É preciso que haja um compromisso da Presidência desta Casa de que essas sugestões sejam sugestões que vão fazer parte do cotidiano desta Casa Legislativa e de que não sejam apenas respostas à própria sociedade. Ah, nós não podemos mais continuar olhando para o chão, falando

de lado, de costas para o povo brasileiro, aprovando proposições que aprofundam a própria desigualdade que perpassa a história deste País. Nós temos que ter a agenda que faz com que entremos em diálogo com um Brasil que transforma a nossa realidade todos os dias.

13:45

RF



Tem razão, Deputado Reginaldo. Quem vai retirar a faixa presidencial que está no peito estufado do racismo, da misoginia, da LGBTfobia e do fascismo são as mulheres, e as mulheres negras! *(Palmas.)*

Aí, nós vamos construir uma sociedade em que não haja esse joelho que está na garganta deste País, esse joelho que impede que nós possamos aspirar, em plenitude, os ventos dos quilombos, os ventos dos territórios!

Penso eu, Presidente — peço apenas segundos para concluir —, que nós temos três elementos fundamentais. O primeiro é a intersetorialidade. É preciso que todas as políticas públicas tenham compromisso com o enfrentamento da desigualdade e do racismo neste País. É preciso que nós tenhamos as territorialidades, os territórios, esses territórios que eles querem assediar, os territórios quilombolas, os territórios indígenas, todos os territórios. Por fim, que nós tenhamos a liberdade para traçar as nossas próprias vozes, os nossos próprios gestos!

É preciso, com esta tinta, que é a tinta de jenipapo, com a qual se escreveu o direito dos povos indígenas; que é a tinta de urucum, que também cobre os mesmos corpos, dizer que este País não será um país racista!

Viva Zumbi dos Palmares! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano. PDT - PB) - Vamos encerrar esta sessão, mas nós sabemos que esse trabalho continua, não é, Deputada Talíria? Isto aqui é só uma sessão de solenidade para que façamos nossa reflexão.

Eu estava folheando rapidamente o relatório, Silvio e Ministro Benedito, e pensei: não ficou bom, não; ficou "bótimo"! Por isso, nós vamos nos debruçar sobre ele, para que possamos fazer nosso trabalho. Agora deixem a peteca conosco — não é, Deputada Tia Eron? —, que nós vamos produzir.

Muito alegre na continuação, encerro a presente sessão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*